

HÉLIO PEREIRA BICUDO
PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO
INGRESSO MPSP: 16/05/1947 E SAÍDA 07/11/1979

APMP: Doutor, por que o senhor escolheu ser promotor de Justiça?

Essa questão de ir para o Ministério Público eu já tinha na minha cabeça quando estava cursando a Faculdade de Direito. Eu me formei em 1946 e fiz o primeiro concurso do MP que ocorreu após a minha formatura, foi em 1947, me inscrevi e procurei me sair bem, no concurso. Lembro-me que a figura mais importante entre os candidatos era o Fernando de Albuquerque Prado, que foi promotor durante muito tempo, não sei se chegou a ser procurador de Justiça. Ele era a pessoa mais indicada para vencer o concurso, que era nove ou dez vagas, e setenta candidatos. O concurso tinha uma prova escrita e uma prova oral. Era primeiro com os examinadores, era uma banca com três procuradores de Justiça, depois havia uma prova específica entre os candidatos, e eu caí justamente para fazer pergunta para o Fernando Prado. Foi tudo bem, o Fernando Prado tirou em primeiro lugar, como era esperado e eu em terceiro lugar. Como promotor substituto eu fui para Sorocaba, mas não tive nem tempo de substituir, porque logo ocorreram às vagas, várias vagas, eu me consultei sobre as possibilidades, e uma das vagas era em Igarapava: lá é ótimo, tem casa para o promotor morar. Eu fui, mas não tinha casa, estava alugada para outra pessoa. Mas foi uma experiência muito boa, porque era uma Comarca complicada, quase sertão, dominada por advogados de procedência Síria, e o juiz complicado, os advogados, doutor João Del Nero, depois foi desembargador. Fiquei dois anos lá. Fim de sertão.

APMP: Eram várias as dificuldades?

Várias: inclusive não tinha calçamento na rua: não havia conforto que você precisa ter para manter a sua família. Mas assim mesmo eu aluguei uma casa.

APMP: O senhor já foi casado?

Sim, aluguei uma casa e depois de algum tempo a minha mulher que estava esperando a minha primeira filha, nasceu em SP, e, depois ela foi para lá. Fiquei dois anos em Igarapava. Dois anos de luta, porque o juiz estava metido em uma luita com uns advogados que queriam passar por cima de tudo, e como eu achava que quem tinha razão era o juiz, então eu me meti na briga. Foram dois anos complicados, mas bons. Depois eu fui comissionado em Franca, perto de Igarapava, mas uma Comarca totalmente diferente. Ótima, bons advogados, não eram brigões, bons. O juiz era o Arthur Jasmim Médici Filho, depois foi desembargador, também. De modo que passei dois anos em Franca, foram bons.

APMP: O senhor fazia atendimento da população?

Fazia. Lá havia fábrica de tecidos, que tinha um monte de reclamações, a gente fazia a parte trabalhista e a parte da justiça comum.

APMP: O senhor fez júri lá?

Não, fiz em Igarapava, foi o primeiro. Aliás, muito interessante. Era uma família que eles haviam matado uma pessoa e queriam empurrar o homicídio para o chefe da família, que era um senhor, já de idade, para gozar os benefícios da idade, e eu consegui mudar. Eu consegui ganhar de sete a zero, sem discurso. Em Franca, não cheguei a fazer. Depois eu fiz júri em Jaboticabal. Em Sorocaba também fiz um júri. Lá, quando eu assumi, um dos escrivães chegou e disse: o senhor tem objeção de encaixarmos um processo

que já foi duas vezes para o Tribunal. Podemos colocá-lo? Ai eu fui pegar o processo, não era tão simples assim. Era um caso de uma ré, o crime era de mulher que fazia aborto. Ela atendia a média e alta sociedade. Então eu fui ver, tinha um útero de uma moça em um vidro. Eu peguei o material e levei para um médico. Ele me explicou como funcionava aquilo. Para dizer como tinha sido aquele homicídio. Ele me mostrou um instrumental chamado velas de encaixe, eram uns estiletos de quase dois milímetros de calibre e iam aumentando. Ele disse: o problema desse caso é que o maior ambiente se faz o aborto introduzindo uma sonda no colo do útero, para isso é preciso dilatar ao colo. O senhor me empresta o equipamento? E fui para o júri. E a defesa da ré, Gigina Bevilaqua, a defesa pegava o aparelho e mostrava para os jurados que aquilo não entrava no colo do útero. Então, eu mostrei para os jurados o que havia acontecido. Eu expliquei que eles dilatavam o útero e depois colocavam a sonda. Ganhei de sete a zero. A ré foi condenada. Este foi o último júri que eu fiz.

APMP: Quer dizer, o segredo do júri é mostrar a verdade?

É mostrar a coisa como é.

APMP: Uns falam em falar alto, falar baixo.

Não, não, é mostrar a realidade. Mas é aquela história, as pessoas não procuram ir fundo no negócio.

APMP: tem mais histórias deste tipo?

Tem, tem lá em Sorocaba. Uma moça jovem morreu nas mãos de um médico, um dos mais renomados da região. Este médico era desses que querem fazer tudo sem ninguém mexer. E, ele foi fazer uma apendicite e deixou uma pinça na barriga da moça. Ai houve evolução, gases, aquelas coisas: e o intestino enrolou-se na tesoura e ela morreu de obstrução intestinal. Então, quando eu vi este negócio, aquela radiografia com a tesoura na barriga da moça, eu disse: não é possível. Ai eu fui outra vez na Faculdade de Medicina e o médico me explicou: esse médico deixou a pinça na barriga dela e aconteceu o que aconteceu. Era um médico mais de nome de

Sorocaba. Ai eu disse: bom, vamos abrir o processo. Foi aquela briga.

APMP: A cidade inteira e a imprensa em cima do caso.

Tinha alguns médicos que estavam de acordo com ele. Porque o problema era o seguinte, o de controlar o material usado na intervenção cirúrgica e aquele que você usa. Então eu perguntei para o doutor Lineu como era que controlava o uso dos instrumentos: “cada pinça, cada instrumento que eu uso eu pego um esparadrapo e colo no avental do meu assistente”, explicou o médico. Então em uma maneira de saber o que foi usado e o que não foi. Ele disse: essas cirurgias de abdômen são muito sangrentas, pode acontecer isso, mas tem maneira de evitar. Se você maneira de evitar e não evita o que você quer, pelo menos culposo.

APMP: Ele foi condenado?

O médico não foi. Porque eu saí da Comarca. O pessoal ficou torcendo para eu sair de lá. A pressão da procuradoria funcionava. Mas eles não podiam me colocar em qualquer lugar.

APMP: Quem era o procurador-geral de Justiça nesta época?

Era o Cesar Salgado, depois foi o Márcio Martins Ferreira.

APMP: O senhor já era atirado. Vou fazer e pronto. Naquela época a ideia era ficar mais como promotor de Justiça, mesmo. O senhor não tinha ideia de trabalhar na política como o senhor fez bem mais tarde?

Eu já fazia isso, ia cobrar do delegado. Esses dois casos foram muito claros do que o promotor Público pode fazer para evitar uma

decisão que não cabe nos trilhos da justiça. Eu ia e acabou o delegado não piava.

APMP: Doutor, depois da última Comarca, foi à terceira, já?

A terceira foi Sorocaba. Depois eu fui guindado com a terceira na capital, era a terceira entrância na capital. Era péssimo, porque você substituía em qualquer vara. Não era funcional. Não dava certo. Na ocasião fui falar com o Cesar Salgado. Eu disse: olha, eu sou promotor de terceira, mas, não estou no interior, estou em São Paulo. Não posso arcar com os ônus da promotoria de São Paulo sendo promotor de terceira. Ai ele me convocou para uma das varas criminais. Eu trabalhei primeiro na quarta vara criminal, trabalhei com um juiz excelente, muito competente não lembro o sobrenome dele, o nome era Hildebrando. Naquele tempo o promotor fazia a discussão, o juiz só fazia interrogatório. E não havia reclamação nenhuma. Para tocar os processos, se fosse manter o sistema de manter apenas o réu perguntar, não ia funcionar. Era normal na justiça criminal de São Paulo o promotor fazer instrução e o juiz fazer o julgamento.

APMP: E era bom?

Não sei se seria bom, mas a maneira de andar com a justiça para frente, não ficar estagnado. –Vou contar um episódio: quando eu fui promovido para a quarta entrância, naquele tempo só era promovido para uma vara, eu fui promovido para a primeira vara criminal, era juiz da primeira vara criminal Plínio Lino Gomes Correia, era um juiz completamente (fez sinal) não fazia instrução nenhuma, as sentenças dele eram nulas; porque ele recebia o processo com o parecer do promotor: e ele nos termos do parecer do promotor e dava a sentença. Nunca saia nada dali. E eu fui para a primeira vara e tinha problema com o escrivão. Eu comecei a cutucar o escrivão com vara curta, como se diz. E ele então fez uma intriga com relação a mim e ao doutor Plínio, que começou a bancar

o valente. Um dia eu fiz lá um pedido e o despacho do juiz era meio desaforado em relação a mim. Eu cheguei ao doutor Plínio e disse: doutor, não posso aceitar isso aqui (mostrando o documento). Ele: Recurso. Eu disse: não existe recurso para isso. Eu queria que o senhor aceitasse a minha explicação. Não aceitou. Eu disse: a partir o senhor não tem trabalhado agora o senhor vai trabalhar, acabou essa história de promotor fazer a instrução e o juiz o julgamento. Eu vou fazer o papel do promotor e o senhor do juiz. Uma semana depois ele foi embora. Pediu licença. Ele não aguentava!

APMP: O senhor sempre foi atuante.

Fui. Por isso que eu cheguei logo à procuradoria.

APMP: A questão do combate ao esquadrão da morte foi logo no começo?

Foi depois, preciso ver as datas.

APMP: Como era o cenário político na época. O senhor via de longe?

Nem pensava. O tempo que eu fiquei no interior eu aproveitei para ler bastante.

APMP: E depois?

O Márcio Martins Ferreira me convocou para ser assessor do procurador-geral, ainda na quarta entrância.

APMP: Já saiu das ruas e veio para o gabinete? Sentiu uma diferença muito grande?

Muito. Ele me dava tudo para fazer. De um modo geral, as coisas que ele tinha que fazer, eu fazia e depois ele olhava e fazia as modificações.

APMP: O que tinha naquela época para fazer?

Era administrativo. O processo do Ademar de Barros, por exemplo, foi feito pela procuradoria-geral de Justiça.

APMP: E como é que foi?

Eu trabalhei neste processo com o Mario Moura, ele era designado pelo procurador-geral para fazer a acusação contra o Ademar. O Mario Moura era excelente procurador de Justiça.

APMP: Como era o MP naquela época?

Pequeninho. Eram dezoito procuradores de Justiça, depois passou para trinta e seis procuradores, também. Eu quando estava lá na procuradoria já não era mais o Loureiro Junior (Secretário da Justiça) ele era integralista. Eles achavam que eu era comunista e como ele era integralista era contra mim, me botou de escanteio. Nesta oportunidade exerci a função, até chegar os 30 anos de serviço.

APMP: O senhor precisa me contar à questão que envolve o esquadrão da morte, que foi um grande episódio.

Ah, teve o esquadrão da morte e teve o Carvalho Pinto. Eu trabalhei para o governo do Carvalho Pinto, fui assessor dele. Depois quando ele foi para o Ministério da Fazenda ele me levou para ser chefe de gabinete. Era como se fosse o diretor geral. Ficamos no Ministério da fazenda de março até 20 de dezembro de 1963. Porque o Carvalho Pinto achou com toda razão que o Jango não queria coisa nenhuma. O Carvalho Pinto não quis ficar mais. Teve um episódio interessante, ele quando quis sair escreveu uma carta para o João Goulart “Jango”, ele era o presidente da República, mas não pedindo demissão. Ele disse: olha, você vai levar esta carta para o Jango. Eu era o chefe de gabinete dele. Atendeu-me um chefe de gabinete do Jango que era um antropólogo, era o Darcy Ribeiro. Ele disse: ah, o presidente não vai aceitar. Eu disse: isso não é com

você, é com o presidente. Ele disse: olha, ele não está aqui. Ai, o continuo do presidente me chamou: professor, o presidente está chamando. Entreguei a carta para ele.

APMP: ele abriu a carta na sua frente?

Abriu. Ele chamou o Darcy Ribeiro e pediu para ele ir até o Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, o Carvalho Pinto estava lá. O João Goulart “Jango” pediu para o Darcy segurar o Carvalho Pinto. Eu disse: não adianta, porque neste momento o CP já está reunindo a imprensa para dizer que estava saindo.

APMP: Por que ele não quis ficar?

O Carvalho Pinto pegou o Ministério da Fazenda em uma situação má. E ele era muito certinho. Começou a arrumar as coisas: dívida externa, dívida interna. E aí houve um boato de que o Carvalho Pinto estava seguindo o Brizola. E começaram a fazer uma guerra de submundo. Aí ele disse que não queria ficar mais lá.

APMP: O senhor nunca quis ter cargo dentro do MP?

As coisas foram acontecendo muito rápido. Quando eu entrei no MP eu pensei, vou ficar ali no interior por uns dez anos. Mas depois que eu entrei a carreira inflou. Eu vim rapidamente para capital. Também tive outras oportunidades que outros não tiveram. Esse negócio do esquadrão foi oportunidade para fazer um trabalho honesto, consciente.

APMP: E sobre o episódio Esquadrão da Morte?

Eu estava muito preocupado quando começaram os crimes do chamado esquadrão da morte e as omissões do Ministério Público. Naquele tempo eu pertencia ao Ministério Público ao Colégio de Procuradores e achava que alguma coisa tinha que ser feita. Porque não era possível que o Ministério Público tivesse ciência de crimes praticados por policiais e puro e simplesmente cruzassem os braços. Eu fiz uma primeira representação a respeito do MP cobrando uma atuação sobre o esquadrão da morte. Não obtive resposta. Fiz uma segunda representação. Nesta ocasião, no Conselho Superior do Ministério Público, um dos procuradores me chamou e falou: você que está cutucando a onça com vara curta você então assuma esta responsabilidade de fazer as investigações relativas ao esquadrão da morte. Eu me lembro de que foi o Helio Quadros Arruda, que era procurador, que redigiu o texto da decisão do Ministério Público a respeito desta questão do esquadrão da morte. Apenas eu fiz uma exigência: eu queria ter oportunidade de escolher um ou dois membros do MP para me auxiliarem, porque eu sabia que esta questão não iria se esgotar apenas em minhas mãos. E, eu tive a felicidade de indicar o Dirceu de Mello, que era promotor público, depois foi presidente do TJ, naquele tempo ele era promotor público, muito eficiente, ele foi realmente a minha mão direita nas minhas investigações dos crimes do esquadrão da morte: muito boa pessoa, fiel. Nós fizemos então as apurações: começamos pelos crimes de menor repercussão. O primeiro caso foi do réu Mário Ladrão. Ele havia sido atirado por policiais, mas não chegou a morrer. Ele foi encontrado baleado e foi levado para a Santa casa. Recuperou-se e foi à primeira testemunha da apuração sobre o esquadrão da morte. Nós sabíamos que não íamos investigar todos os casos do esquadrão da morte, mas investigando alguns já era suficiente para se tomar medidas judiciais contra estes policiais que se instituíram como esquadrão da morte. Foi assim que fizemos e assim funcionou. Pudemos apurar o que era o esquadrão da morte. Na verdade o esquadrão da morte ele foi

inicialmente organizado pelos dirigentes políticos na época que eram tutelados pelas forças armadas no sentido de descobrir as pessoas que estavam vinculadas na defesa do Estado democrático contra a ditadura militar. E, o delegado Fleury era uma pessoa muito considerada pelos militares, ele serviu as determinações dos militares, andou pela Europa, de modo que ele era o foco das investigações relativas ao esquadrão da morte. O Fleury era o chefe e tinha alguns investigadores, até delegado, que compunham o esquadrão da morte.

APMP: O senhor teve apoio do Tribunal de Justiça?

A sim, sem dúvida. Eu me lembro de quando eu fui designado o Virgílio Lopes da Silva me disse: você vai entrar numa fria e não vai apurar nada. Vamos ver se eu não vou apurar? Tenho a impressão de que eu vou apurar.

APMP: O Virgílio era o Secretário da Segurança?

Não, nesta ocasião ele era procurador. Ele foi Secretário de Segurança, engraçado, foi antes. O Governo Carvalho Pinto foi antes do esquadrão da morte. Quem indicou o Virgílio para ser secretário da Segurança fui eu. E ele, bom, o Virgílio era uma pessoa muito ativa, com pensamentos claros. E ele funcionou muito bem no governo. Acho que chegou um ano e pouco. Depois o Carvalho Pinto deixou o governo e o Virgílio voltou para o Ministério Público. E nesta questão do esquadrão da morte a posição do Virgílio nunca ficou muito clara: se era favorável ou não as investigações. Ele tinha um irmão que era médico no serviço de saúde aqui de São Paulo e, sabia muitas das coisas do MP. E esse irmão do Virgílio, eu estive com ele, ele me aconselhou a buscar, porque nestes episódios o Fleury aparece em uma fotografia com um dos braços de tipoia, ele foi machucado em uma dessas diligências. E eu queria verificar na Secretaria da Saúde se ele fora tratado lá. E quando eu estava lá na secretaria para falar com o secretário apareceu o Virgílio passou na minha frente e atrapalhou a

entrevista. Mas não foi nada. O que eu podia fazer, eu fiz. O auxílio dos dois promotores era o Dirceu de Mello e o Fonseca Tavares, esse pouco funcionou, que realmente me ajudou foi o Dirceu de Mello.

APMP: E qual foi o personagem que motivou que levou o senhor realmente aos fatos: que o senhor conseguiu descobrir o que realmente estavam fazendo?

Eu comecei a ver que estavam encontrando pessoas mortas na periferia de SP e precisava saber o que estava acontecendo. Porque na ocasião os cadáveres eram encontrados com um cartaz com uma caveira e dois fêmures cruzados escrito esquadrão da morte.

APMP: Tamanha ousadia?

E de impunidade. Ninguém fazia nada então estava lá. E foi por aí que eu comecei, fiz as duas representações: a primeira engavetou; a segunda resolveram fazer alguma coisa. O procurador-geral de Justiça era o Dario de Abreu Pereira. Foi ele que disse que eu estava cutucando a onça.

APMP: Primeiro foi o doutor Dario, depois o Oscar Xavier de Freitas, mais para frente?

Sim. Porque eu fiquei um ano fazendo as investigações. No final deste primeiro ano das investigações o Oscar Xavier de Freitas me procurou em casa querendo que eu tirasse férias, saísse da história do esquadrão da morte.

APMP: Exonerado das investigações?

Não queriam assumir o ônus da exoneração, queria que eu saísse de férias. Ele era muito meu amigo. Ele me disse: não, melhor tirar férias. Eu disse: olha, não vou tirar férias, não vou fazer coisa nenhuma, se você quiser tirar assumo o ônus da sua decisão. Muito bem, você é o procurador-geral pode me tirar à hora que você quiser. E tirou. E foram dois para o lugar. Dois que foram muito bons. Eram os promotores de Justiça Alberto marino Junior e Djalma Lúcio Gabriel Barreto, eles trabalharam direitinho.

APMP: Ai o doutor Xavier alertou aos promotores para que se eles vissem o cadáver era para virar o rosto? Como foi, doutor?

É, mas eles não viraram não. Foram firmes.

APMP: E o caso do padre Agostinho?

O Agostinho se meteu a investigar e estava ameaçado de morte. Ele se escondeu no Palácio Episcopal, Pio XII; e eu fui falar com o Cardeal que queria tirar o padre de lá, achou que estava muito tempo lá. Eu falei: o senhor vai fazer isso, vai facilitar o trabalho da polícia, é melhor esperar a coisa esfriar. E ele ficou mais tempo lá. O padre sabia muita coisa, andou cutucando de baixo pra cima, sabia muita coisa do esquadrão da morte.

APMP: Como é que o senhor chegou ao Presídio Tiradentes, onde o senhor encontrou as fichas?

Pois é, isso foi com o Dirceu de Mello. Eu fui lá falar com os presos. Naquele tempo o Tiradentes também era um presídio político. Então o pessoal do Tiradentes, principalmente os políticos, sabiam como é que as coisas eram feitas: o pessoal da polícia chegava de madrugada pegava dois ou três e levava embora e matava, mas não pegavam o pessoal político, só os “pés no chão”. Eles sabiam como a polícia fazia. Eles estavam misturados com os presos. Eu até recebi uma placa deles (e mostrou a placa).

APMP: Ai levava para matar e aparecia com a placa do esquadrão da morte?

Como se a policia queria mostrar eficiência.

APMP: e tinha as fichas? O senhor conseguiu as fichas e provou que eles estavam sendo mortos pela polícia. Comandados pelo Fleury.

Era o Fleury, o Campão e o Fininho 1 e Fininho 2. Tinha mais gente.

APMP: No livro o senhor relata que foi perguntado se o delegado Fleury se drogava para fazer isso?

Um dos policiais. Eu disse: como, ele está sempre de manga levantada, se fosse drogado iria aparecer. O policial disse: manda levantar as calças e baixar as meias.

APMP: Ele chegou a ser preso?

Ele ficou preso pouco tempo no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

APMP: Depois da prisão do delegado Fleury e dos outros policiais, diminuíram as mortes?

Acho que sim. Não acredito que tivesse acabado, mas diminuiu. Porque inclusive o Fleury saiu deste sistema do esquadrão da morte e já estava trabalhando em um patamar mais superior: ele estava investigando presos políticos. Foi por aí. Eu acho, pelo menos, que ele não foi acidentado, que mataram o Fleury, porque ele estava cheio de dinheiro, lancha de não sei quantos mil reais, bebendo muito e soltando bobagens: não digo do ponto de vista pessoal; então resolveram acabar com ele.

APMP: Ele tinha apoio do Governo.

Tinha, mas até certo ponto. Ele tinha que ficar quieto. Ele estava falando. Ele bebia bastante. E o pessoal acabou matando: queima de arquivo.

APMP: Depois, quando o senhor descobriu que de fato era o delegado Fleury que estava matando as pessoas, o que foi falado no MP?

Eu fiz as denúncias, que era o mais importante, eu e o Dirceu de Mello. O Fonseca Tavares se afastou, ele não saiu da equipe, ele se afastou.

APMP: O senhor sofreu ameaças durante a investigação?

Aquela história, para o meu bem estar eu escrevi cartas e entreguei para pessoas de nível de São Paulo e fora do Brasil, dizendo que se acontecesse alguma coisa do ponto de vista físico, se eu fosse morto, a responsabilidade era do Estado. Esta carta está na PUC.

Porque, eu doei toda a minha biblioteca e a documentação; pastas de razões denúncias tudo para a PUC.

APMP: Em contrapartida o senhor recebeu moções de apoio?

Recebi muito pouco. Eu recebi apoio mesmo foi do Dom Paulo Evaristo Arns.

APMP: como foi: ele procurou o senhor?

Ele mandou um cartão. Porque quando ele veio a SP esse negócio estava fervendo. E ele mandou um cartão, este cartão também esta La na PUC, um cartão firmando solidariedade, que iria rezar por mim. Foi quando eu conheci o Dom Paulo e nos tornamos amigos, depois.

APMP: E teve também a passagem Carvalho Pinto, o senhor trabalhou com ele, nesta ocasião ele já era senador, o senhor pediu para ele dar uma força lá no Congresso.

Exatamente, ele tirou o corpinho, não quis fazer.

APMP: Porque ele era da Arena?

Ele era da Arena: ah, fica mal para mim, esse negócio é do Governo. Confessando que era organização do governo. –Então porque você não fala com o Montoro? E eu fui falar com o Montoro. O Montoro disse: tá bom, eu vou fazer falar. O Montoro fez a denúncia na Assembleia Legislativa, contou a história e disse: está aqui o professor Carvalho Pinto com quem o Hélio trabalhou. E o Carvalho Pinto não teve como não falar.

APMP: O senhor chegou a ser exilado?

Não. Eu acho que para eles era um ônus muito pesado, o fato de eu ter que me afastar. Do ponto de vista da figura do Brasil seria ruim. Mas que houve vontade houve

APMP: O que motivava o senhor?

Era a minha função. A minha função é esta, eu tinha que fazer. Da melhor forma possível.

APMP: No caso do esquadrão da morte, em algum momento o senhor sentiu medo, insegurança?

Nada, eu era meio inconsequente.

APMP: o senhor tinha apoio da família?

Os filhos eram pequenos, mas a Deia foi sempre: faz o que você tem que fazer.

APMP: E quando acabou tudo aquilo o que o senhor pensou?

Acabou.

APMP: E hoje: quando o senhor conta esta história, lembra.

Acho que é importante para o Ministério Público, porque o promotor público não precisa ser provocado, ele pode atuar. É uma maneira muito importante esta atuação do MP, ele próprio atuando. Porque a polícia não é nada, você sabe muito bem. A polícia se puder torcer para o outro lado, torce. E o Ministério Público, não. Eu me lembro de que eu fui falar com o Secretário da Segurança e tinha um delgado que me conhecia e disse: fica quieto, não abre a boca, porque ele está botando tudo na escuta. Era um militar o Secretário. Porque a primeira coisa que eu fiz quando eu fui designado foi procurar o Secretário da Segurança e o Tribunal de Justiça, que tinha como presidente o Ibsen Costa Manso.